

CONTRATO CEDAE N.º 088 /2019 (DFI)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **MEXICHEM BRASIL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PLÁSTICA LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, sociedade de economia mista, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato por intermédio de seu Diretor Presidente, Sr. HELIO CABRAL MOREIRA, e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, e a **MEXICHEM BRASIL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PLÁSTICA LTDA.**, com sede localizada na Rua Barra Velha, nº 100, Floresta, Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.514.928/0001-74, CEP:89.211-730, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por meio de sua procuradora ao final assinada, Sr. PRISCILLA CAROLINE TONUSSI, brasileira, solteira, vendedora, portadora da cédula de identidade nº 27.085.574-9 SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 274.858.938-66, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, com fundamento no processo administrativo nº E-07/100.328/2019, ata de registro de preços 0005/2018/247100-01, Pregão Eletrônico PERP01/2018, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente CONTRATO tem por objeto a "**AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS PARA ESGOTO**", regida pela Ata de Registro de Preços nº 005/2018/247100-01 – PERP nº 01/2018, itens 01 a 05, Cota Principal, Lote I, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade (M)
01	TUBO DE PVC RÍGIDO COM JUNTA ELÁSTICA DN 100 – PARA ESGOTO SANITÁRIO	30
02	TUBO DE PVC RÍGIDO COM JUNTA ELÁSTICA DN 150 – PARA ESGOTO SANITÁRIO	72
03	TUBO DE PVC RÍGIDO COM JUNTA ELÁSTICA DN 200 – PARA ESGOTO SANITÁRIO	72
04	TUBO DE PVC RÍGIDO COM JUNTA ELÁSTICA DN 250 – PARA ESGOTO SANITÁRIO	60
05	TUBO DE PVC RÍGIDO COM JUNTA ELÁSTICA DN 300 – PARA ESGOTO SANITÁRIO	30

PARÁGRAFO ÚNICO – O fornecimento do objeto será integral, de acordo com a forma indicada no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **06 (seis) meses**, contados a partir da ordem de serviço, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no cronograma de execução do contrato.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 33.90.30.10
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110202
Centro de Custos: DM00020000

ID da Reserva Orçamentária:2019000705.

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Dá-se a este contrato valor total de **R\$ 9.750,18 (nove mil reais, setecentos e cinquenta reais e dezoito centavos)**, conforme tabela abaixo discriminada:

Item	Descrição	Quantidade (M)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	TUBO DE PVC RÍGIDO COM JUNTA ELÁSTICA DN 100 – PARA ESGOTO SANITÁRIO	30	9,27	278,10
02	TUBO DE PVC RÍGIDO COM JUNTA ELÁSTICA DN 150 – PARA ESGOTO SANITÁRIO	72	19,97	1.437,84
03	TUBO DE PVC RÍGIDO COM JUNTA ELÁSTICA DN 200 – PARA ESGOTO SANITÁRIO	72	30,37	2.186,64
04	TUBO DE PVC RÍGIDO COM JUNTA ELÁSTICA DN 250 – PARA ESGOTO SANITÁRIO	60	55,00	3.300,00
05	TUBO DE PVC RÍGIDO COM JUNTA ELÁSTICA DN 300 – PARA ESGOTO SANITÁRIO	30	84,92	2.547,60
TOTAL				9.750,18

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) pelo Diretor Presidente da **CEDAE**, conforme ato de nomeação, inserido às fls. 133 do processo administrativo referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos representantes mencionados no parágrafo primeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis após a entrega do bem/produto;

- b) definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de até 30 (trinta) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do órgão contratante, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto nº 3.149/1980.

PARÁGRAFO QUARTO – Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEXTO – A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 9.750,18 (nove mil reais, setecentos e cinquenta reais e dezoito centavos)**, a ser realizado à vista, sendo o pagamento efetuado no Banco Bradesco, conta corrente nº 18050-5, agência 3178-0, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento à Comissão de Fiscalização, sito à Avenida Presidente Vargas, 2.655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, após a entrega de cada parcela.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível a **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

Não será exigido da **CONTRATADA** prestação de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil

ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar pela Administração Pública Estadual direta ou indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.

b.1) Tratando-se de Administração Indireta do Estado do Rio de Janeiro, a suspensão temporária do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual direta ou indireta, prevista na alínea c, do item 24.1, será imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO – A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO – A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea c, do *caput*:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO – A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput*, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO – O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO – Se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar pela Administração Pública Estadual direta ou indireta e declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal

ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – As penalidades serão registradas pelo **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Gestão de Fornecedor da Subsecretaria de Logística e Patrimônio da SEFAZ o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, na forma do disposto no artigo 75 do Decreto nº 3.149/1980 e nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980.

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato, na forma do Art. 6º da Deliberação TCE nº 280/2017.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº. do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

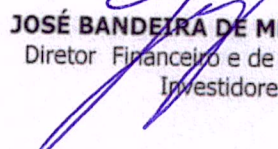
E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2019.

Pela **CEDAE**:



HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente



JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Pela **CONTRATADA**:



PRISCILLA CAROLINE TONUSSI
Procuradora

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-MEXICHEM-LTDA-aquisição-de-tubos-PVC-PP-005-2018-ED/100.329/2019-VBO

Cabo Frio, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Regionais, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda. Processo nº E-04/202/57/2019.

NOMEAR JOSE AUGUSTO FERREIRA SOUZA DE MAGALHÃES, Auditor Fiscal da Receita Estadual 3ª Categoria, ID Funcional nº 5028406-1, para exercer, com validade a contar de 17 de junho de 2019, o cargo em comissão de Auditor Fiscal Chefe Regional, símbolo DAS-8, da Auditoria Fiscal Regional - Cabo Frio, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Regionais, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, anteriormente ocupado por Almir Machado Vieira, ID Funcional nº 4417192-7. Processo nº E-04/202/57/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 03 de junho de 2019, **FRANCISCO ANIZIO SALLA DOS SANTOS**, Auditor Fiscal da Receita Estadual, ID Funcional nº 4366546-2, do cargo em comissão de Chefe de Posto Fiscal, símbolo DAS-6, do Posto de Controle Fiscal de Nhangapi, da Auditoria-Fiscal Especializada de Prestação de Serviços de Transportes Intermunicipais e Interestaduais, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Especializadas, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda. Processo nº E-04/202/53/2019.

NOMEAR GUILHERME DE AZEVEDO SANT'ANNA, Auditor Fiscal da Receita Estadual, ID Funcional nº 4378057-1, para exercer, com validade a contar de 03 de junho de 2019, o cargo em comissão de Chefe de Posto Fiscal, símbolo DAS-6, do Posto de Controle Fiscal de Nhangapi, da Auditoria-Fiscal Especializada de Prestação de Serviços de Transportes Intermunicipais e Interestaduais, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Especializadas, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, anteriormente ocupado por Francisco Anizio Salla dos Santos, ID Funcional nº 4366546-2. Processo nº E-04/202/53/2019.

NOMEAR RENATO MAZZER DE AQUINO, Auditor Fiscal da Receita Estadual, ID Funcional nº 4427424-6, para exercer, com validade a contar de 03 de junho de 2019, o cargo em comissão de Auditor Fiscal Subchefe, símbolo DAS-6, da Auditoria-Fiscal Especializada de Veículos e Material Viário, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Especializadas, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, anteriormente ocupado por Luiz Mario Gomes de Almeida Junior, ID Funcional nº 5006021-0. Processo nº E-04/202/53/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 03 de junho de 2019, **LUIS MARIO GOMES DE ALMEIDA JUNIOR**, Auditor Fiscal da Receita Estadual, ID Funcional nº 5006021-0, do cargo em comissão de Auditor Fiscal Subchefe, símbolo DAS-6, da Auditoria-Fiscal Especializada de Veículos e Material Viário, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Especializadas, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda. Processo nº E-04/202/53/2019.

NOMEAR LUIZ MARIO GOMES DE ALMEIDA JUNIOR, Auditor Fiscal da Receita Estadual, ID Funcional nº 5006021-0, para exercer, com validade a contar de 03 de junho de 2019, o cargo em comissão de Auditor Fiscal Subchefe, símbolo DAS-6, da Auditoria-Fiscal Especializada de Trânsito de Mercadorias e Barreiras Fiscais, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Especializadas, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, anteriormente ocupado por Orlando de Souza Paideiro Filho, ID Funcional nº 5006156-9. Processo nº E-04/202/53/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 03 de junho de 2019, **ORLANDO DE SOUZA PAIDEIRO FILHO**, Auditor Fiscal da Receita Estadual, ID Funcional nº 5006156-9, do cargo em comissão de Auditor Fiscal Subchefe, símbolo DAS-6, da Auditoria-Fiscal Especializada de Trânsito de Mercadorias e Barreiras Fiscais, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Especializadas, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda. Processo nº E-04/202/53/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 31 de maio de 2019, **JANSEN DE BARROS COELHO**, ID Funcional nº 5098386-5, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA1-6, da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Subsecretaria Gestão e Tecnologia, da Secretaria de Estado de Fazenda. Processo nº E-04/109/21/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 07 de junho de 2019, **ANDRÉ PESSOA LEAL**, ID Funcional nº 5090775-1, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA1-6, da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Subsecretaria Gestão e Tecnologia, da Secretaria de Estado de Fazenda. Processo nº E-04/109/22/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 03 de junho de 2019, **JONATAS DOS SANTOS RODRIGUES**, ID Funcional nº 5073457-1, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA1-6, da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Subsecretaria Gestão e Tecnologia, da Secretaria de Estado de Fazenda. Processo nº E-04/109/21/2019.

NOMEAR ALEXANDRE DE LAREZA FELIX para exercer, com validade a contar de 11 de julho de 2019, o cargo em comissão de Assessor-Chefe, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, anteriormente ocupado por Luciana da Costa Martins de Almeida, ID Funcional nº 4328111-9. Processo nº E-12/007/2595/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 01 de julho de 2019, **TATIANA COSTA JAME**, ID Funcional nº 5088220-5, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA1-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais. Processo nº E-22/012/213/2019.

NOMEAR BEATRIZ LOPES SCHIRMER para exercer, com validade a contar de 22 de julho de 2019, o cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete, símbolo DA1-1, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, anteriormente ocupado por Ciro de Souza Crespo, ID Funcional nº 5093478-3. Processo nº E-22/012/218/2019.

NOMEAR ENZO GOMES BISBOCCI DA COSTA para exercer, com validade a contar de 22 de julho de 2019, o cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete, símbolo DA1-1, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, anteriormente ocupado por Luciene Salvador da Silva Rocha, ID Funcional nº 5093416-3. Processo nº E-22/012/219/2019.

NOMEAR TARSO MORI BEZERRA SANTIAGO, ID Funcional nº 4344777-5, para exercer, com validade a contar de 10 de junho de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, em vaga resultante da transformação estabelecida pelo Decreto nº 46.660, de 14/05/2019. Processo nº E-22/011/314/2019.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 20 de maio de 2019, publicado no D.O. de 21/05/2019, que nomeou **VIVIANE FALCO RIBEIRO** para exercer, com validade a contar de 15 de maio de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Junta Comercial do Estado

do Rio de Janeiro - JUCERJA, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, em vaga resultante da transformação estabelecida pelo Decreto nº 46.660, de 14/05/2019. Processo nº E-22/011/314/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 14 de março de 2019, **GABRIELA SILVA DOS SANTOS**, ID Funcional nº 5018172-6, do cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DA1-2, da Secretaria de Estado de Saúde. Processo nº SEI-08/00115315/2019.

DE 19 DE JULHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

RESOLVE:

NOMEAR TANIT DE OLIVEIRA REKSON para exercer, com validade a contar de 19 de julho de 2019, o cargo em comissão de Adjunto I, símbolo DA1-1 (objeto de transferência estabelecida pelo Decreto nº 46.688, de 04/07/2019), da Fundação Leão XIII, da Vice-Governadoria do Estado, anteriormente ocupado por Edvânia Cristina Passos da Silva, ID Funcional nº 5076670-8. Processo nº E-16/004/1103/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 18 de julho de 2019, **CYNTHIA FERREIRA ANDRADE**, ID Funcional nº 5037344-7, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA1-6, da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude. Processo nº SEI-30/001014720/2019. *Replicados por terem saído com incorreções no D.O. de 22/07/2019.

DE 22 DE JULHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

RESOLVE:

NOMEAR FLAVIO MATTOS DE OLIVEIRA, ID Funcional nº 5097363-6, para exercer, com validade a contar de 16 de julho de 2019, o cargo em comissão de Assessor-Chefe, símbolo DAS-8, da Assessoria Jurídica, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por Andrea Saramago Sahione de Araújo, Puausa, ID Funcional nº 4432963-6. Processo nº E-10/005/11061/2019.

*Replicado por ter saído com incorreções no D.O. de 23/07/2019.

Id: 2196266

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 23 DE JULHO DE 2019

PROCESSO Nº E-12/2017/1512/2019 - AUTORIZO a disposição da servidora **LUCIANA PEREIRA LEIS**, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, ID nº 4378016-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN, com validade a contar de 15/04/2019.

PROCESSO Nº E-27/001/144/2019 - AUTORIZO a disposição dos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Defesa Civil, abaixo relacionados, à Secretaria de Estado de Educação, a saber:

Posto	Graduação	Nome	RG
SUBTEN BM	Q07/00	MESAC EFLAIN DA SILVA ESPINDOLA	27.310
2º SGT	BM Q0099	MARCELO MATA DOS SANTOS	25.692
1º SGT	BM Q00/98	CARLOS EDUARDO DE MELO PEREIRA	23.837
2º SGT	BM Q10/02	FELICIO DA SILVA CARNEIRO	31.493
2º SGT	BM Q10/02	CLEBER MOURÃO DE OLIVEIRA	31.556

Id: 2196203

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 23 DE JULHO DE 2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-02/008/912/2019 - AUTORIZO, em conformidade com a delegação de competência prevista no art. 1º, IV, do Decreto Estadual nº 40.644/2017, com base no art. 11, IX, do Decreto-Lei nº 220/1975 e no art. 79, XIII, do Decreto nº 2.479/79, e diante do que consta no Processo Administrativo nº E-02/008/91/2019, notadamente as manifestações favoráveis da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento e da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, o afastamento da servidora **GISELE ELER DE AMORIM DIAS**, Pesquisadora da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ, identidade funcional nº 4463337-8, visando a participação da servidora em projeto na área de Aquicultura junto à Universidade de Lorraine, na cidade de Nancy, França, pelo período de 07 (sete) meses, a contar de agosto de 2019, com a manutenção de vencimentos e vantagens inerentes ao cargo.

Id: 2196226

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 23 DE JULHO DE 2019

PROCESSO Nº E-12/2017/1546/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor **MATHEUS DE MELLO FONTES**, Cabo PM, RG nº 90.641, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - GERJ/Gabinete do Deputado Filipe Soares, consoante os termos do Decreto nº 41.687, de 11 de fevereiro de 2009.

Id: 2196253

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOSRETIFICAÇÃO
D.O. DE 02/05/2019
PÁGINA 03 - 1ª COLUNADESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
DE 30/04/2019

Onde se lê: **PROCESSO Nº SEI-04/127/000243/2019 - RENATA PESTANA VIANNA**, Identidade Funcional nº 50241796. Leia-se: **PROCESSO Nº SEI-04/127/000265/2019 - RENATA PESTANA VIANNA**, Identidade Funcional nº 50241796.

Id: 2195989

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 08/07/2019

DESIGNA LEANDRO TEIXEIRA PINTO, Engenheiro C, como Presidente, **JOSE ANTONIO MARQUES FERREIRA**, Engenheiro A, como membro titular e **LEOPOLDO MANHAES GAMA FILHO**, Técnico de Saneamento II, como membro suplente, Gerente do Contrato **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Administrativo F e **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada ao "CONSUMO DE ATA DE REGISTRO DE PRE-

ÇOS - AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS PARA ESGOTO - CONTRATAÇÃO REGIDA PELA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 005/2018/247100-01 - PE Nº 001/2018", de que trata o Processo nº E-07/100.329/2019. Ordem de Serviço P/FIS nº 25.375-00/2019.

Id: 2196255

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 08/07/2019

DESIGNA LUCIANO MONTEIRO SOARES, Agente de Saneamento H, como Presidente, **PEDRO JOSÉ PONTES JUNIOR**, Agente de Saneamento F, **LUCIA RAMOS MORAIS**, Agente Administrativo F, como membros titulares e **MARCELO VALADARES NOWASKI**, Técnico de Saneamento II, como membro suplente, Gerente do Contrato **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Administrativo F e **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada ao "CONSUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS PARA ESGOTO - CONTRATAÇÃO REGIDA PELA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 005/2018/247100-01 - PE Nº 001/2018", de que trata o Processo nº E-07/100.329/2019. Ordem de Serviço P/FIS nº 25.376-00/2019.

Id: 2196256

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 16/07/2019

DESIGNA LEONARDO CORREA SA, Assessor Técnico, como Presidente, **ADÃO JESUS DO COU TO RIBATO**, Agente de Saneamento B e **SEBASTIÃO DE PAULA PEREIRA**, Agente Administrativo E, como membros titulares e **RODRIGO MOTTA POMPEU**, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II e **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE CAFÉ E BEBIDAS QUENTES", de que trata o Processo nº E-07/100.258/2019. Ordem de Serviço P/FIS nº 25.438-00/2019.

Id: 2195955

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 22/07/2019

DESIGNA CRISTIANA SANTOS PASSOS, Agente Administrativo E, como Presidente, **SERGIO LUIZ DE ALMEIDA**, Agente Administrativo B e **SEBASTIÃO DE PAULA PEREIRA**, Agente Administrativo E, como membros titulares e **RODRIGO MOTTA POMPEU**, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato **ANDRE LUIS BROWN DE CARVALHO**, Economista B e **IONES MENDES HOTZ**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos "SERVIÇOS DE ESTUDO DE VIABILIDADE LEGAL - PARCERIA ENTRE A CEDAE E A SERASA S/A", de que trata o Processo nº E-07/703.985/2005. Ordem de Serviço P/FIS nº 23.506-01/2019 - Revoga Ordem de Serviço P/FIS nº 23.506-00.

Id: 2195969

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 22/07/2019

DESIGNA GASTAO DE SOUZA COSTA LOMBAS, Assessor Técnico, como Presidente, **HUMBERTO BARBOZA**, Analista de Sistemas D, **GINA PERES RIBEIRO**, Assessora Técnica, **MAIONE MOTTA DE OLIVEIRA FERREIRINHA**, Advogada D, **LETICIA FERREIRA DOS SANTOS**, Agente Administrativo E, **HENRIQUE TENENBAUM MARREIROS**, Assessor de Planejamento e Gestão por Resultados Crie, **JORGE BORGES MACHADO JUNIOR**, Analista de Sistemas D, como membros titulares e **RODRIGO MARTINS DOS SANTOS**, Assessor Adjunto, como membro suplente, Gerente do Contrato **ANDRE LUIS BROWN DE CARVALHO**, Economista B e **IONES MENDES HOTZ**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização, referente à "CONTRATAÇÃO INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO - SEI", de que trata o Processo nº E-07/100.324/2019. Ordem de Serviço P/FIS nº 25.464-00/2019.

Id: 2195852

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 22/07/2019

DESIGNA CLAYTON RIBEIRO COSTA, **ALMIR MOURA SILVA** e **SIDNEY BARROS FURTADO**, para compor a Comissão de Fiscalização destinada ao "Termo de Cooperação Técnica nº 03, cujo objeto é a Conjugação de esforços para o abastecimento de água dos empreendimentos, conforme projeto básico, RM-5846, trecho de rede com diâmetros de 1000 mm e 900 mm, compreendendo o trecho de Interligação Com Adutora Existente Próximo Ao Viaduto OSCAR BRITO, pela Av. Brasil até a Estrada da Pedra na Estaca 233", de que trata o Processo nº E-07/100.162/2019. Ordem de Serviço P/FIS nº 25.495-00/2019.

Id: 2195970

Secretaria de Estado de
Governos e Relações InstitucionaisSECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

ATOS DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEGOV Nº 06 DE 23 DE JULHO DE 2019

DELEGA COMPETÊNCIA PARA OS ATOS
QUE MENCIONA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, no uso das suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência à Diretora de Administração e Finanças FABIANA ALVES DA SILVA, Identidade Funcional nº 5100627-8, para, na qualidade de **ORDENADOR DE DESPESAS** desta Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, nos termos da legislação em vigor, praticar atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, a saber:

I - autorizar despesas à conta dos Programas de Trabalho desta Secretaria, bem como a expedição e a assinatura das respectivas Notas de Autorização da Despesa, emissão de Notas de Empenho, Reconhecimentos de Dívidas, movimentação de recursos financeiros em geral, pagamentos de despesas orçamentárias, emissão de ordens bancárias e ordens de pagamentos;

II - autorizar a abertura, aprovação, adjudicação, homologação, revogação, anulação, dispensa ou inexistência de licitações, assinar editais e alterações, inclusive aceitação de objeto do contrato, atuando como autoridade superior nos casos de recursos, impugnação de editais, bem como em quaisquer atos que se fizerem necessários;

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO DE CREDENCIAMENTO nº 048/2019. **PARTE:** DETRAN/RJ e BUILD CONSULTORIA E SOLUÇÕES EIRELI. **OBJETO:** Apresentação de soluções tecnológicas disponíveis no mercado, a título gratuito, que visem à implantação e a customização de sistema de vídeo monitoramento com uso de dispositivo móvel e individual, desenvolvimento com implantação de sistema OCR (sigla em inglês para Optical Character Recognition - tecnologia responsável pelo reconhecimento e identificação de caracteres), utilizando os equipamentos disponíveis no DETRAN/RJ, quando houver e ainda gestão de dados e geração de relatórios operacionais de gestão visando à eficiência das ações de fiscalização do DETRAN/RJ denominados DETRAN SEGURO. **PRAZO:** 30 (trinta) dias. **GESTORES:** Claudio Almeida Soares, Coordenador de Fiscalização, Id. Funcional nº 5099443-3 e Marcus Antônio Moreira, Assistente III, Id. Funcional nº 4347641-4 (Gestor Substituto). **FISCAIS:** Karla Vargas Garcia, Assistente I, Id. Funcional nº 5026260-2, como Fiscal e Raphaela de Lima Ribeiro, Assistente Técnico de Trânsito, Id. Funcional nº 5026014-6. **DATA DA ASSINATURA:** 19/07/2019. **FUNDAMENTO:** como Suplente. **DATA DA ASSINATURA:** 19/07/2019. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93; Lei Estadual nº 287/79. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-16/005/187/2019.**

Id: 2196098

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 083/2019 (DFI). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a LIMPATEX - RIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI. **OBJETO:** Aquisição de cal virgem micropulverizada 0,1 mm para ETA LARANJAL. **PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 697.430,00 (seiscentos e noventa e sete mil quatrocentos e trinta reais). **DATA DE ASSINATURA:** 15/07/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.933/2016 (Pregão Eletrônico nº 613/2019).

Id: 2195957

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 085/2019 (DFI). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a JP SMART VENDING OPERADORA DE MÁQUINAS AUTOMÁTICAS LTDA. **OBJETO:** Serviços de fornecimento de café e bebidas quentes. **PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR TOTAL:** R\$ 217.728,00 (duzentos e dezessete mil setecentos e vinte e oito reais). **DATA DE ASSINATURA:** 16/07/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.258/2019 (Pregão Eletrônico nº 615/2019).

Id: 2195956

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 88/2019 (DFI). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a MEXICHEM BRASIL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PLÁSTICA LTDA. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS PARA ESGOTO, itens 01 a 05, Cota Principal, Lote I. **PRAZO:** 06 (seis) meses. **VALOR TOTAL:** R\$ 9.750,18 (nove mil setecentos e cinquenta reais e dezoto centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 22/07/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.328/2019 (Pregão Eletrônico PERP 01/2019).

Id: 2196257

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 089/2019 (DFI). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a MEXICHEM BRASIL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PLÁSTICA LTDA. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS PARA ESGOTO, itens 08 a 12, Cota Principal, Lote II. **PRAZO:** 06 (seis) meses. **VALOR TOTAL:** R\$ 167.082,00 (cento e sessenta e sete mil oitenta e dois reais). **DATA DE ASSINATURA:** 22/07/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.329/2019 (Pregão Eletrônico PERP 01/2018).

Id: 2196258

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 06 ao Contrato CEDAE nº 061/2013 (DM). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA. **OBJETO:** Reajustamento do preço contratado correspondente às 4ª e 5ª anualidades contratuais. **PRAZO:** Sem alteração do prazo contratual. **VALOR TOTAL:** R\$ 3.966.584,33 (três milhões, novecentos e sessenta e seis mil quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e três centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 17/07/2019. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.520/2018 (Pregão Eletrônico nº 016/2013 - DM).

Id: 2195995

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 06 ao Contrato CEDAE nº 088/2015 (DFI). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a V.W. REFRIGERAÇÃO E REFORMAS LTDA-ME. **OBJETO:** Pagamento do reajustamento dos preços contratados correspondente a 3ª anualidade. **PRAZO:** Sem alteração do prazo contratual. **VALOR:** R\$ 33.076,00 (trinta e três mil setenta e oito reais). **DATA DE ASSINATURA:** 18/07/2019. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-17/100.113/2014 (Pregão Eletrônico nº 046/2015).

Id: 2195996

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 319/2019

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS NAS AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO METROPOLITANA - DM". **DATA DA ETAPA DE LANCES:** 07/08/2019. **HORÁRIO:** 15 horas. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.licitacoes.caixa.gov.br. **VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 7.123.935,45.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas folhas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3937 e 2332-3931, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2196031

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

***INSTRUMENTO:** Contrato nº 099/2019. **PARTE:** ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a empresa BVQI DO BRASIL SOCIEDADE CERTIFICADORA LTDA. **OBJETO:** Prestação de serviço de auditoria externa a ser realizada para Segunda Manutenção Anual do sistema de gestão da qualidade da Subsecretaria de Finanças da Secretaria de Estado de Fazenda - SUBFIN, segundo a norma ABNT NBR ISO 9001:2015, na forma do Termo de Referência. **PRAZO:** 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação. **VALOR:** R\$ 2.644,71 (dois mil seiscentos e quarenta e quatro reais e sete centavos). **PROGRAMA DE TRABALHO:** 2001.04.122.002.2016. **NATUREZA DAS DESPESAS:** 3390.39.82. **NOTA DE EMPENHO:** 2019NE0227. **DATA DA ASSINATURA:** 12/07/2019. **FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666/1993. **PROCESSO Nº SEI-04/080/00012/2019.** *Replicado por incorreção no original publicado no D.O. de 23/07/2019.

Id: 2196180

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DE DUQUE
DE CAXIAS - AFR-17.01

EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DO INTERIOR - DUQUE DE CAXIAS - AFR 1701, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento dos contribuintes responsáveis pelos CPFs abaixo citados, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data desta publicação. Os processos encontram-se na sede desta repartição fiscal, localizada na Rua Dom Walmar, nº 383, 3º andar - Centro, Nova Iguaçu.

Processo: nº E-04/024/391/2019
Nome: Wagner Coutinho De Vasconcellos
CPF: 673.895.207-53
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Barão de Salusse nº 471 - apt 101 Centro - Mesquita - RJ

Processo: nº E-04/016/93/2019
Nome: Neusa Lima
CPF: 045.282.807-44
Assunto: Apostilamento
Endereço: Av. Duque de Caxias nº 469 - Centro - Duque de Caxias - RJ

Id: 2195946

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DE DUQUE
DE CAXIAS - AFR-17.01

EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DO INTERIOR - DUQUE DE CAXIAS - AFR 1701, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento dos contribuintes responsáveis pelos CPFs abaixo citados, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data desta publicação. Os processos encontram-se na sede desta repartição fiscal, localizada na Rua Dom Walmar, nº 383, 3º andar - Centro, Nova Iguaçu.

Processo nº E-04/024/328/2019
Nome: Maria Claudia Vaz da Cunha
CPF 030.307.457-40
Assunto: ITD
Endereço: Trv. Mario Avena, nº 84 - casa 02 - Centro - Nilópolis - RJ

Processo nº E-04/024/330/2019
Nome: Erleto Costa Barroso
CPF 915.928.957-00
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Milton Silva, nº 42 - Comendador Soares - Nova Iguaçu - RJ

Processo nº E-04/024/332/2019
Nome: Desio Simões
CPF 049.491.677-72
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Dona Eulália, nº 195 - Rancho Novo - Nova Iguaçu - RJ

Processo nº E-04/024/334/2019
Nome: Leny Augusto da Silveira Bravo
CPF 111.675.487-87
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Tabatinga, s/nº - Centro - Queimados - RJ

Processo E-04/024/345/2019
Nome: Luiz Soares Assis
CPF 794.493.957-72

Assunto: ITD
Endereço: Rua: Cel. Francisco Soares, nº 202 - Centro - Nova Iguaçu - RJ.

Processo nº E-04/024/349/2019
Nome: Baniro Constantino Vieira Dos Santos
CPF 034.169.177-15
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Eduardo Barros, nº 753 - casa 04 - Centro - Nilópolis - RJ

Processo nº E-04/024/352/2019
Nome: Marcos Paulo Silva Degering
CPF 168.680.627-29
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Humberto de Macedo, nº 97 - Redenção - Nova Iguaçu - RJ.

Id: 2195947

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DE DUQUE
DE CAXIAS - AFR-17.01

EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DO INTERIOR - DUQUE DE CAXIAS - AFR 1701, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento dos contribuintes responsáveis pelos CPFs, abaixo citados, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data desta publicação. Os processos encontram-se na sede desta repartição fiscal, localizada na Rua Dom Walmar, nº 383, 3º andar - Centro, Nova Iguaçu.

Processo nº E-04/024/357/2019
Nome: Maria Teresa Madeira Pereira
Inscrição no CPF nº 647.251.547-68
Assunto: ITD
Endereço: Rua Carmine Papaleo Montoro nº 67 Centro - Nova Iguaçu - RJ

Processo nº E-04/024/360/2019
Nome: Vanessa Aparecida de Almeida Barbosa Fuli
Inscrição no CPF nº 092.197.947-99
Assunto: ITD
Endereço: Av. Das Américas nº 19000 casa - 220-1 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - RJ

Processo nº E-04/024/368/2019
Nome: Orlando Vieira Terra
Inscrição no CPF nº 015.885.087-49
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Doutor Luiz Guimarães nº 843 - Centro - Nova Iguaçu - RJ

Processo nº E-04/024/369/2019
Nome: Rodrigo Campos Dos Santos
Inscrição no CPF nº 060.137.637-47
Assunto: ITD
Endereço: Rua João Evangelista de Carvalho nº 1284 - Cabral - Nilópolis - RJ

Processo nº E-04/024/373/2019
Nome: Ana Paula Conceição Carvalhães
Inscrição no CPF nº 036.518.537-05
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Itabiana de Oliveira nº 07 - Santa Terezinha - Mesquita - RJ

Processo nº E-04/024/374/2019
Nome: Paulo Cesar Cortes Da Silva
Inscrição no CPF nº 524.417.847-49
Assunto: ITD
Endereço: Rua: José Brigagão Ferreira nº 268 - Centro - Nova Iguaçu - RJ

Processo nº E-04/024/388/2019
Nome: Luciana Cabral Caetano
Inscrição no CPF nº 082.393.277-02
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Petrolina nº 09 - Cabulis - Nova Iguaçu - RJ.

Id: 2195948

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA FISCAL REGIONAL DA CAPITAL AFR - 64.15

EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE REGIONAL DA AFR CAPITAL 64.15, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento na sede da AFR-Capital 64.15, situada na Avenida Ayrton Senna, 2001, bloco C, sala 58, Barro da Ilhica, dos responsáveis pela firma, abaixo discriminada, no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data desta publicação, para tomar conhecimento do processo abaixo discriminado.

EMPRESA: J ADEJAN MARMORES E GRANITOS LTDA.
Endereço: Av. de Santa Cruz, 9510-Joia C. Santíssimo - RJ
Processo - E-04/008/100702/2018
Responsável-Adelton Marcolino dos Santos
Residência-Rua Soter de Araújo s/n, bloco 23, apt 301 -Senador Vasconcelos/RJ

Id: 2195949

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DO INTERIOR
NOVA FRIBURGO - AFR 34.01

EDITAL

INTIMAÇÃO Nº 523262-90/1 RAF Nº 523262-90 PROGRAMA
08PROCO

Com fulcro nos artigos 214 e 215 do Decreto-lei Estadual nº 5 de 15/03/1975 (CTE), que tratam de intimação e do domicílio tributário, o Auditor Fiscal Chefe da AFR 34.01-Nova Friburgo, no uso de suas atribuições legais, INTIMA o contribuinte SENTE ET VIE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrição estadual nº 78.302.682, CNPJ nº 08.853.744/0001-60, nas pessoas de seus sócios MAURICIO ROBERTI WERMELINGER, CPF nº 791.404.087-87, e RENATO ROCHA VELASCO, CPF nº 072.349.697-80 para comparecer na sede da AFR 34.01-Nova Friburgo, no horário das 9:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira, para atendimento das exigências da intimação acima, devendo apresentar a deliberação de encaminhamento ao Benefício Fiscal instituído pela Lei 6979/2015, emitido pelo Comitê de Compromisso e declaração de que cumpre as condições da Lei nº 6979/15, para instruir o Processo Administrativo nº E-04/1890/17/2009. Cumpre observar que a intimação foi remetida pelos Correios para os endereços dos sócios cadastrados na SEFAZ-RJ, entretanto, o AR retornou com a informação de que o sócio mudou-se. O não atendimento a esta intimação poderá caracterizar crime contra a ordem tributária, prevista nos arts. 1º e 2º da Lei Federal nº 8.137/90, e ser objeto de representação ao Ministério Público Estadual, bem como o inferimento do pedido de adesão ao benefício fiscal, além de multas previstas na legislação estadual por meio de lavratura de Auto de Infração, AFR 34.01-Nova Friburgo. Moacir Carvalho Corrêa. Mat 0806484-2 - Auditor Fiscal Chefe.

Id: 2195950

